



TALKS

Em direto através do site www.jornaleconomico.pt
ou em www.facebook.com/JornalEconomico

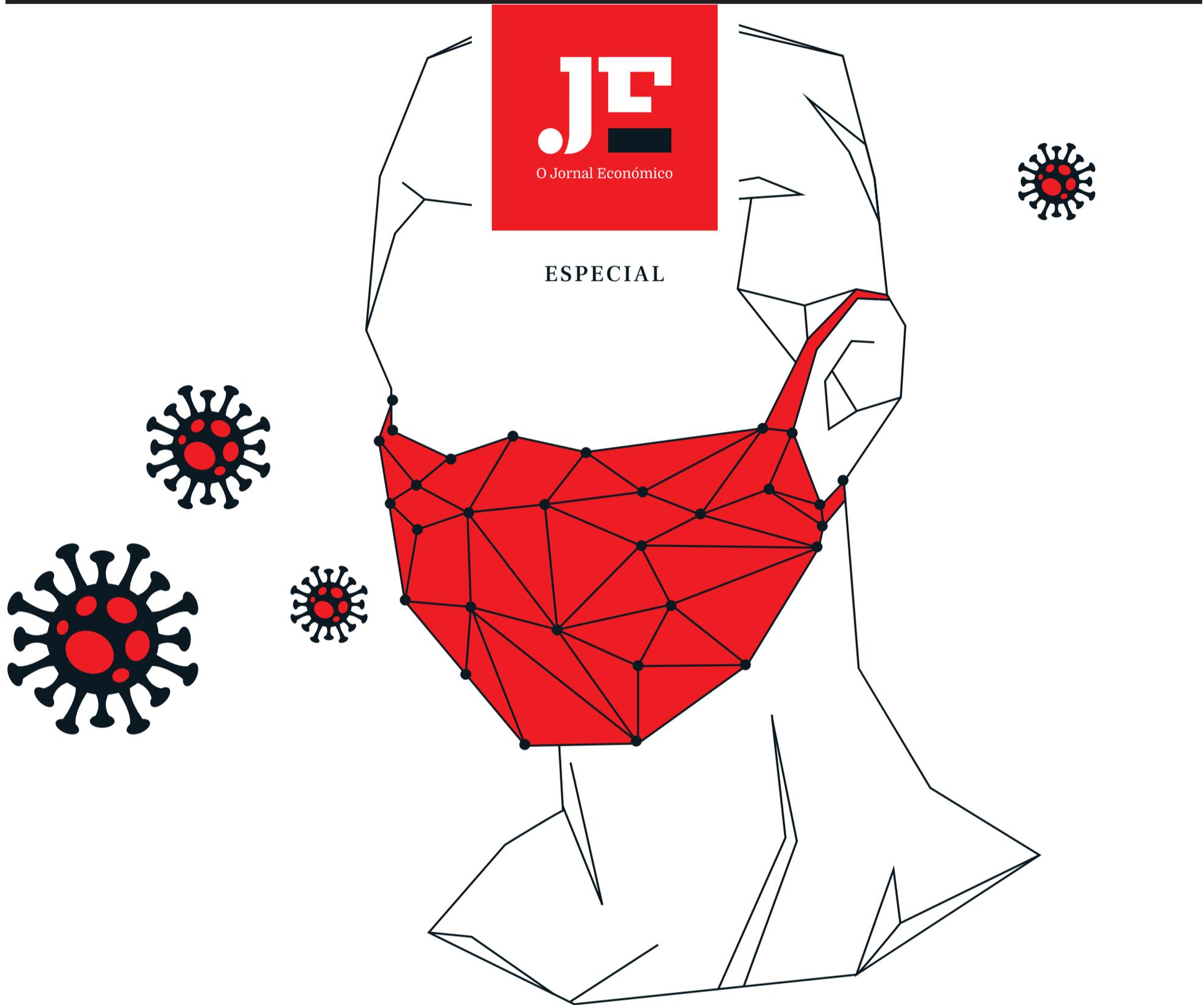
4 junho | 17h00

Entenda como o tecido empresarial português se reinventou e adaptou para responder à pandemia e que desafios enfrenta no futuro próximo. Esperamos por si!

Convidado: 

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2043 não pode ser vendido separadamente

29 maio 2020 | ESPECIAL



COMBATE À PANDEMIA

EMPRESAS ADAPTAM-SE PARA DAR RESPOSTA À COVID-19

Máscaras, ventiladores e até aviões elétricos são exemplos de projetos que permitem manter empresas em atividade e postos de trabalho ao mesmo tempo que suprem as necessidades de clientes dentro e fora de Portugal. Setores como a banca, distribuição, indústria e imobiliário fazem tudo para tirar partido das oportunidades geradas pela maior crise de saúde pública do século XXI.

ENTREVISTA

António Bernardo
Responsável pela Roland Berger



“Lisboa terá condições para ser a capital europeia da economia sustentável” ● II

ANÁLISE

Retoma da economia traz novos desafios a Portugal

Endividamento e tesouraria das empresas encontram-se entre as principais fragilidades apontadas pelos analistas. Apesar da quebra provocada pela Covid-19, o setor do turismo pode surpreender. ● VI

FÓRUM

O que espera em termos de evolução da economia nacional? ● X

OPORTUNIDADES NA CRISE

Negócios da ‘era Covid’: ventilador, capacete médico e avião nacional

Indústria e engenharia nacionais reinventam-se para conseguir agarrar oportunidades que surgem na conjuntura de crise da “nova normalidade”.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Já é conhecida a produção de ventiladores portugueses, concebidos pela engenharia nacional durante a crise da pandemia de Covid-19 – o modelo ‘Atena’, financiado por 98 mil mecenas privados –, mas ainda é desconhecido o projeto de produção de um capacete destinado a ortopedistas e dentistas, para estes médicos poderem trabalhar em segurança. O mesmo centro de engenharia portuguesa que desenvolveu o ventilador e o capacete vai investir numa nova fábrica de aviões de transporte misto de 19 passageiros e de carga, no Alentejo, daquele que será o primeiro avião nacional, desenvolvido, produzido e montado em Portugal, e com possibilidade de utilizar motores elétricos. Estes são apenas três exemplos de como a engenharia portuguesa continua a lutar pelo crescimento da economia nacional, mostrando que Portugal surpreende por bons motivos, muitas vezes imprevisíveis.

Isto está a acontecer agora, alimentando o otimismo e reavivando na memória coletiva o excedente orçamental apresentado em 2019, de 0,2% do Produto Interno Bruto, correspondente a 403,9 milhões de euros – que foi o primeiro saldo orçamental positivo desde 1973.

Depois do confinamento praticado pelos portugueses na sequência do estado de emergência decretado pelo Presidente da República a 18 de março – face à trágica pandemia de Covid-19 – a paragem da economia nacional foi sentida com uma intensidade nunca antes vivida, fazendo disparar, em poucas semanas, o desemprego que, segundo dados oficiais (do IEFP), atingiu, no final de abril, 392.323 pessoas, ou seja, mais 71.083 desempregados do que no mês homólogo de 2019.

Mesmo neste enquadramento desfavorável, a agilidade das empresas foi notória, pela adaptação imediata ao teletrabalho – desde logo, o Jornal Económico, que tem sido assegurado pelo trabalho desenvolvido em casa de cada jornalista e de cada um dos restantes profissionais –, com soluções criativas, novos produtos e serviços adequados à nova

realidade. Do *take-away*, na restauração, à produção de máscaras de proteção sanitária assegurada por muitas indústrias.

O engenho dos portugueses aproveitou as primeiras medidas de apoio à economia colocadas à disposição dos empresários e gestores (mas sem pouparem críticas a estas medidas). São os casos do *lay-off* simplificado, das moratórias de crédito, dos apoios à tesouraria das empresas, dos diferimentos de impostos e contribuições e dos apoios às startups (a informação sobre cada uma das medidas está no site covid19estamoson.gov.pt.).

Em suma: as empresas portuguesas não cruzaram os braços na conjuntura de crise em que o Estado apresentou um défice orçamental de 1.651 milhões de euros em abril, evidenciando um agravamento de 341 milhões de euros nas contas públicas, face ao período homólogo anterior, com a receita a crescer menos que a despesa, segundo dados do Ministério das Finanças.

Mecenas apoiam indústria

Como referiu ao Jornal Económico o CEO do CEiiA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel, José Rui Felizardo, “o trabalho da engenharia nacional, conjugado com a experiência hospitalar e com as necessidades dos médicos, deu bom resultado no ventilador português, cuja produção teve um modelo de financiamento inovador, apoiado nos contributos de 98 mil mecenas”.

“Foi envolvida uma cadeia de fornecedores que incorpora um elevado nível de empresas nacionais; o ventilador foi testado evidenciando fiabilidade; e, dentro de dias, vamos concretizar o envio da primeira grande encomenda destinada ao Brasil”, revelou José Rui Felizardo. “Mas todos os passos têm de ser acompanhados com rigor, para assegurar que não é perdido um cêntimo do dinheiro disponibilizado por 98 mil pessoas e instituições”, refere.

A seguir veio o projeto do capacete médico. “Este desafio foi lançado por um ortopedista do hospital de São João, para poder operar em segurança doentes infetados”, explica José Rui Felizardo. “Analisámos o projeto e estudámos a viabilidade de

produção com um parceiro da indústria de moldes, complementado com as observações feitas pelo médico dentista Miguel Stanley, que permitirão que o capacete também seja utilizado por dentistas. Assim foi criado um protótipo”, adiantou o CEO.

Além destes equipamentos, o CEiiA aceitou um desafio na área da aviação, que surgiu da parte de um grupo técnico com ligações ao construtor de aviões Embraer, para lançar o projeto da produção de uma pequena aeronave – a ATL100 –, de transporte misto de 19 passageiros, mais 2,5 toneladas de carga.

“O ATL100 faz todo o sentido, porque há muita procura para aeronaves de pequena dimensão, com utilização regional”, diz José Rui Felizardo. Trata-se de uma parceria com o grupo brasileiro Desaer para desenvolver, produzir e comercializar uma aeronave de transporte leve, destinada a uso civil e militar, capaz de aterrar em pistas curtas.

O desenvolvimento deste projeto pelo CEiiA está previsto para três anos, implicando um investimento de 20 milhões de euros numa fábrica em Évora. Segue-se a fase de industrialização e depois a comercialização, contando com a participação de portugueses e brasileiros, com fábricas em Portugal e no Brasil.

O pequeno avião terá a possibilidade de vir a utilizar motores elétricos, sendo encarado como um projeto relevante para dinamizar a atividade económica na sequência da crise da Covid-19. Já foi apresentado um protótipo do ATL100 na última feira de aeronáutica realizada em São Paulo. Cabe ao CEiiA destacar 60 engenheiros para trabalharem no Parque de Ciência e Tecnologia de Évora, enquanto a Desaer utilizará 120 engenheiros. Entre os parceiros do ATL100 podem estar a Coptar e a Leonardo Helicopters. A montagem será feita no Alentejo, atendendo às facilidades aeronáuticas existentes no *cluster* local, em Évora, Beja e Ponte de Sôr. De resto, a sua dimensão é ideal para responder às necessidades do transporte regional na atual conjuntura, com menos passageiros, enquadradas no tipo de serviços rápidos que as empresas de logística precisam de assegurar em percursos da ordem dos 1.600 quilómetros. ●



BANCOS ESTÃO A DIGITALIZAR PARA GERIR A PANDEMIA COVID-19

Adaptar os recursos humanos ao digital ao mesmo tempo que se massificou o teletrabalho foram os grandes desafios internos da banca perante um *lockdown* abrupto da economia. A um ritmo alucinante os bancos tomaram também medidas de funcionamento das agências com vista a proteger a saúde dos clientes e colaboradores. Por outro lado, a pandemia de Covid-19 reforçou a predisposição das pessoas, confinadas em casa, para o recurso à tecnologia. Foi recomendado que os clientes fizessem os pagamentos ou transferências através das *apps* dos bancos ou via MB Way. Foi necessária uma adaptação muito rápida à nova realidade digital e às ferramentas de videoconferência. O digital é o novo normal e não deverá verificar-se um retrocesso.

Apesar da redução generalizada na utilização dos cartões de pagamento, as compras online e com a tecnologia *contactless* cresceram, comparativamente com o período homólogo (o *contactless* cresceu 44% em número e 123% em valor). O Banco de Portugal ajudou ao alargar o limite dos pagamentos por *contactless* para 50 euros. Por outro lado, o BCE pediu aos bancos que tenham em conta o risco potencial de uma pandemia nos seus planos de contingência, além de ter aliviado as almofadas de capital dos bancos para dinamizar o crédito à economia. A banca foi entretanto chamada a dar apoios que incluem moratórias de crédito (esmagadoramente requisitadas online); linhas de crédito protocoladas;

outras soluções de financiamento; isenções de comissões e mensalidades em TPA para pequenos comerciantes e o alargamento dos serviços nos canais digitais e automáticos. Mas também o pagamento antecipado a fornecedores para ajudar à tesouraria das empresas.

Com o *lockdown* instalou-se um *lay-off* massivo nas empresas que recorrem a este instrumento para manter os empregos com o apoio da Segurança Social. O resultado foi uma invasão de pedidos de moratória de crédito por parte de particulares e empresas, e uma corrida às linhas de crédito com garantia do Estado a 80% e a 90% com juros baixos. Até ao final de abril, os particulares e empresas pediram moratórias em 568.912 contratos de crédito, o que mostra a dimensão dos pedidos de ajuda, que deverão ter aumentado significativamente em maio, até porque a moratória dinamizada pela Associação de Instituições de Crédito Especializado, arrancou só a 18 de abril.

Outro desafio da banca prende-se com a área do ‘trade finance’. Como manter o fluxo de comércio quando as transações baseadas em papel são difíceis ou impossíveis devido à redução das interações físicas? Como acelerar a passagem do analógico para o digital nas exportações? Com a interrupção do transporte marítimo, do contato social e das viagens, as instituições financeiras têm vindo a adotar medidas para permitir as transações e a continuidade do comércio. MTA

Q&A PARA FACILITAR INFORMAÇÃO JURÍDICA

Quer a Ordem dos Advogados (OA) quer as sociedades têm procurado, mais do que nunca, investir na digitalização e na segurança dos sistemas. A organização de webinars é ainda mais recorrente do que era a das conferências e todos os dias os escritórios fazem chegar ao email dos clientes as newsletter temáticas com esclarecimentos sobre as medidas extraordinárias do Governo, que se juntam às tradicionais sobre mudanças legislativas. As firmas de advocacia, de todas as dimensões, optaram por fazer alguns pro bono que não estavam no calendário, associar-se a campanhas de solidariedade ou pensar nas oportunidades de negócio que poderão nascer daqui para a frente. Por exemplo, a CRS - Cruz, Roque, Semião e Associados criou um site exclusivamente sobre processos de reestruturação de dívida (PER, RERE, PEAP, PARI ou PERSI) e insolvências, com o objetivo de alertar as empresas para potenciais sinais de dificuldade que possam evitar o sobreendividamento. A equipa quer mostrar que as organizações podem renascer financeiramente mesmo nestas circunstâncias. 'Levantar' o tecido empresarial é o que também pretende a sociedade internacional DLA Piper, que preparou uma campanha em formato Q&A designada "UP Again", dividida em sete capítulos e com o intuito de responder às dúvidas que os clientes

tenham no momento em que regressam aos escritórios. A mesma linha foi seguida pela Abreu Advogados, cujos serviços HelpDesk e HealthDesk se dirigem às empresas que se viram aflitas perante grande quantidade de informação jurídica que começou a ser publicada, inclusive sobre o regime de *lay-off*. Na OA, as formações para os estagiários passaram a ser em formato digital mas o número de inscrições aumentou, confirmando que este pode ser um modelo que veio para ficar. "Unimos esforços com os conselhos regionais de Coimbra, Évora, Faro e Açores e, desde 18 de março [até ao início de maio] realizámos 18 iniciativas em videoconferência sobre diversos temas. A reação não podia ser melhor, pois tivemos quase 26 mil inscrições de advogadas e advogados de todo o país, sendo que deste total 12 mil eram da região de Lisboa", disse João Massano, presidente do conselho regional da capital. *MB*

26.000

Número de inscritos nas formações online que foram disponibilizadas pela Ordem dos Advogados.



IMOBILIÁRIO: REALIDADE VIRTUAL PARA VER IMÓVEIS 'DE PERTO'

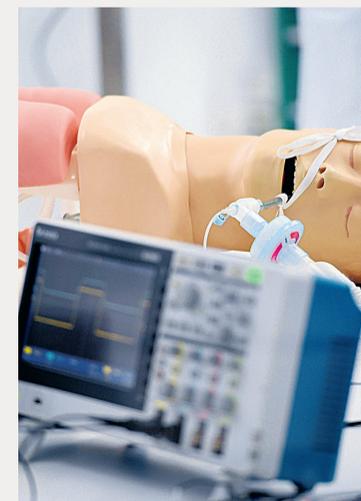
A pandemia do coronavírus deixou o mercado imobiliário estagnado. Sem a possibilidade de realizarem visitas presenciais, promotoras, agências e consultoras viraram-se para as tecnologias para poderem continuar os seus negócios. Foi o caso da Engel & Volkers, que passou a utilizar óculos de realidade virtual, vídeos em 3D, *renders* e infografias de casas para reabilitar, bem como a tecnologia Matterport, que cria visitas 3D em poucos minutos (experiências imersivas em 3D que são muito mais reais que as tradicionais visitas virtuais em 360º), de modo a que se possam ver os imóveis de forma remota, e assim dar aos clientes uma primeira impressão muito fiel da propriedade a partir do computador, tablet, smartphone ou equipamentos de realidade virtual. Apesar da crise, a promotora imobiliária ligada ao segmento de luxo abriu no mês de março um novo escritório em Vila Nova de Gaia.

Por sua vez, o portal Idealista criou o serviço de 'vídeo-visita', que permite exclusivamente aos profissionais imobiliários que se desloquem ao imóvel para mostrá-lo em direto desde o seu interior. Os clientes, através de um computador, fazem a visita, colocam questões e ficam a conhecer todos os pormenores que consideram importantes como se estivessem fisicamente no imóvel. Esta plataforma permite também que várias pessoas possam estar ligadas ao mesmo tempo e em diferentes lugares, o que acaba por ser uma grande vantagem para o visitante, que poderá contar com a opinião de terceiros, como familiares ou amigos. *RAR*

ESTADOS UNIDOS, BRASIL E EUROPA QUEREM MÁSCARAS E VENTILADORES

As máscaras e os ventiladores nacionais que nasceram durante a pandemia de Covid19 já estão a colher o interesse de vários países em todo o mundo. O ventilador invasivo Atena já chamou a atenção do mercado brasileiro. Uma "grande fundação" do Brasil já mostrou interesse em comprar até 700 dos ventiladores desenvolvidos pelo CEiiA - Centro de Engenharia para o Desenvolvimento do Produto em Matosinhos, no distrito do Porto, avançou ao JE Miguel Braga, da direção do centro de inovação. Esta fundação tem unidades de saúde em dois estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro.

Por sua vez, o Pneuma é um ventilador não-invasivo desenvolvido pelo INESC TEC que já está a ser replicado além-mar. "Neste momento, este ventilador já está no Brasil e em Marrocos, construído por investigadores e equipas locais com os quais temos projetos e relações, e há interesse de outros sítios, inclusivamente dos países de língua oficial portuguesa", disse ao JE José Manuel Mendonça, presidente do conselho de administração do INESC TEC, com sede no Porto. Também a indústria têxtil nacional está a adaptar-se e as empresas do setor já começaram a produzir vários tipos de equipamentos de proteção individual (EPI), incluindo batas, mas também máscaras comunitárias, essenciais para a vida em sociedade depois do desconfinamento. O interesse nas máscaras sociais 'made in Portugal' está a surgir de "Espanha, França, Bélgica, Alemanha e Reino Unido. São mercados que já entraram em contacto com várias empresas para a produção de máscaras", adiantou ao Jornal Económico o presidente da Associação Têxtil de Portugal (ATP), Mário Jorge Machado. De fora da Europa também já começam a surgir alguns interessados. "Estamos a falar desde a América do Norte até à América do Sul. Já há contactos no Canadá e Estados Unidos, mas alguns países da América do Sul também mostraram interesse", garante o mesmo dirigente associativo. *ACM*



DISTRIBUIÇÃO: MAIS ONLINE, MAIS AGROALIMENTAR, MAIS PRODUTO LOCAL

Apesar de ter registado prejuízos no primeiro trimestre deste ano, a Sonae MC foi a principal impulsionadora do "crescimento sólido do grupo", tendo registado uma faturação de 1.194 milhões de euros, mais 14% que no período homólogo de 2019, uma subida de 10,6% "like-for-like". Segundo o relatório e contas do Grupo Sonae, "o retalho alimentar registou um fluxo crescente de procura antes e após a declaração do estado de emergência, na medida em que as famílias portuguesas procuraram antecipar os impactos que medidas de contenção exigentes pudessem causar no acesso a produtos essenciais, incluindo eventuais ruturas".

A Sonae MC, muito afetada pelo recente surto de infetados nos seus trabalhadores no centro de distribuição da Azambuja, destaca "a necessidade de ativação de fornecedores alternativos, nomeadamente em território nacional, promovendo a liquidez do mercado, sobretudo em pequenos produtores". De acordo com o grupo liderado por Cláudia Azevedo, "para estes pequenos produtores nacionais foi ainda criado um programa de pagamento antecipado, para melhoria das suas condições de tesouraria". "A procura pelo canal online tem sido muito elevada desde o início desta crise, criando uma pressão sem precedentes na operação. Neste contexto, a Sonae MC incrementou a sua capacidade de resposta de 2.600 para 8.000 encomendas diárias, não só através do reforço dos custos de abastecimento atuais, mas também através da mobilização de outras lojas em outros centros urbanos para essa operação".

Quanto ao Grupo Jerónimo Martins, no mesmo período também cresceu as vendas em Portugal; na cadeia Pingo Doce mais 3,5%, para 936 milhões de euros, enquanto as da rede Recheio se mantiveram quase inalteradas, nos 214 milhões. "A missão de garantir o acesso a bens alimentares essenciais de qualidade, a preços baixos, na proximidade e num ambiente de compra seguro manter-se-á como o fio condutor de todas as nossas decisões", assegura o grupo de Pedro Soares dos Santos.

A realidade sentida e antecipada pela Sonae MC e pela Jerónimo Martins é transversal aos outros operadores do setor, de origens francesas (Auchan, Intermarché, E. Leclerc), alemãs (Lidl e Aldi) ou espanholas (Dia, dona do Minipreço, e Mercadona). As vendas do agroalimentar, em alta, terão também sido repetidas na higiene e limpeza ou na farmacêutica. Ao invés, todas as outras áreas dos supermercados têm agora menos clientes. Há mais compras digitais, mais clientes em lojas de proximidade, mais procura por produtos de origem local e mais promoções. E grupos grossistas, como a Makro, passaram a atuar junto do consumidor final, como retalhistas, tendência que se poderá prolongar para lá da pandemia. *NMS*



ENTREVISTA **ANTÓNIO BERNARDO** Responsável pela Roland Berger

“Lisboa terá condições para ser a capital europeia da economia sustentável”

António Bernardo, responsável pela Roland Berger, em exclusivo ao JE, considera que o novo pacote de apoios da UE será uma oportunidade única para destacar Lisboa na captação de ‘novas’ startups.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Em vez das empresas de entregas ao domicílio, da gestão de vendas online, das redes de explicações por Zoom a estudantes do secundário, ou da produção de máscaras personalizadas, as verdadeiras “estrelas” dos negócios da “nova normalidade” no mundo digital ‘pós-Covid-19’ serão as *startups* que atualmente aguardam lançamento. Neste universo, “Lisboa – e Portugal – tem todas as condições para ser a capital europeia de uma economia sustentável e circular”, que “desenvolve a mobilidade elétrica, as *smart grids* e as energias renováveis”. Serão estes os novos negócios que vão combater a crise económica e social provocada pela pandemia do novo coronavírus, segundo António Bernardo, *senior partner* da consultora multinacional Roland Berger, especialista em estratégia corporativa e membro do conselho da StartUp Lisboa.

Responsável pelos mercados da América Latina, Portugal, Angola e Moçambique, e pelos escritórios da Roland Berger em Portugal, Espanha, Itália e Brasil, António Bernardo considera que “o novo pacote de apoios da União Europeia destinado a recuperar a atividade económica dos Estados membros – através do qual Portugal poderá ter acesso a 26,3 mil milhões de euros, se Bruxelas aprovar estes próximos apoios, eventualmente até ao início do verão –, ajudará bastante ao financiamento de novos negócios, sendo a grande oportunidade para que Portugal possa dar o salto decisivo para modelos de negócio mais sustentáveis, da economia circular, da mobilidade elétrica e autónoma, da energia renovável e das *smart grids*”.

“Esse futuro pacote de apoios será importante para a Europa poder investir mais no universo destas *startup* para conseguir ser mais autónoma, reduzindo o nível de

dependência em relação aos demais blocos económicos mundiais”, refere António Bernardo. “Chegámos à conclusão que os líderes dos maiores países não se aperceberam que a dependência da China em determinados grupos de bens e serviços já era muito grande”, adianta, explicando que “isso não significa que regressemos ao protecionismo, mas permite desenvolver uma reflexão sobre os *inputs* críticos existentes dentro dos grandes blocos geográficos”.

“Creio que a Europa deve, seguramente, investir muito nas novas tecnologias digitais e nas questões ambientais e de sustentabilidade, onde já será, talvez, o bloco geográfico mais desenvolvido. É o caso das energias renováveis e da mobilidade elétrica. Aí não temos desvantagens face aos Estados Unidos, enquanto em outras áreas mantemos desvantagens”, comenta António Bernardo.

“Agora teremos a grande oportunidade de Portugal se conseguir focar mais na área da sustentabilidade, além de que o nosso país não tem uma base industrial muito forte. Isto significa que há uma grande oportunidade para repensar o nosso *mix* de atividades económicas, no sentido de serem mais orientadas para as que têm maior valor acrescentado e que têm a ver com a sustentabilidade e com o ambiente”, sugere. “Portugal pode desempenhar aí um papel importante e estes novos apoios da União Europeia vão, certamente, andar muito por aí, nas novas indústrias e num modelo que permita criar mais equilíbrio nos sectores que produzem riqueza”, adianta António Bernardo, considerando que “Portugal mostrou que tem uma capacidade de reação rápida, quer pública, quer privada – viu-se na forma como todos temos gerido a pandemia da Covid-19 – e isso é a nossa vantagem competitiva”.

“Os projetos de grande expressão tecnológica das *startup* – uma área em que Portugal já tinha vindo a destacar-se e onde tem alguns

unicórnios –, podem vir a ser aumentados, atendendo à próxima disponibilidade de grandes volumes de capital que agora permitirão responder a um dos principais problemas sentidos pelos parques de ciência e tecnologia das escolas de ensino superior – ter acesso a *funding* para maior número de projetos”, comenta António Bernardo.

“Berço das próximas startup”

“Temos de passar este ‘vale’ – onde muitas *startup* ficaram com problemas de liquidez –, e de ultrapassar esta fase de dificuldades. Sou membro do conselho da StartUp Lisboa e acompanho todos os dias esta questão – ainda esta semana fiz um webinar sobre isso. Acredito que essas iniciativas vão ser reforçadas e que Portugal, e Lisboa, pode assumir um papel semelhante ao de Berlim e Dublin, que são grandes centros tecnológicos. Lisboa pode ser mesmo o grande centro das *startup*. A nós interessa-nos estar na vanguarda da tecnologia e podermos ser o berço das próximas *startup* que se queiram assumir com maior relevância internacional durante os próximos tempos, que sejam uma referência na recuperação económica mais importante deste século”, considera.

“Portugal é muito querido na área do ambiente – não só Lisboa, mas o Porto e outras cidades portuguesas que começaram a ser conhecidas pelo desempenho das *startup* que trabalham nas respetivas regiões. Temos um excelente ambiente social e humano, e os jovens gostam deste tipo de sociedades. Por isso, temos de apostar mais na sustentabilidade ambiental para nos constituirmos como a diferenciação de referência nesta área”, defende.

Para já, “a digitalização da sociedade e dos negócios entrou em velocidade acelerada”, diz. “Começando por nós, pela Roland Berger, quando a pandemia impôs restrições às deslocações, impedindo viagens internacionais, come-

“Os 26,3 mil milhões de euros que Portugal poderá receber da União Europeia serão a grande oportunidade para darmos o salto decisivo para modelos de negócio da economia circular”





Foto cedida

çámos a fazer *home office* com os clientes para acompanharmos os projetos de cada um. Eu passava 60% do meu tempo no México, no Brasil e em Angola, e agora estou a trabalhar com clientes do México, do Brasil e de Angola a partir de Lisboa, de uma forma normal, com todas as componentes habituais do nosso trabalho a funcionarem bem. Isto mostra que houve uma mudança completa que já está a ter um impacto global nos modelos de negócio”, refere António Bernardo.

“É verdade que as empresas têm de efetuar um investimento tecnológico para viabilizarem este novo modo de funcionamento, mas também é verdade que atualmente as plataformas digitais são de fácil acesso. As médias e grandes empresas já estavam todas com níveis de digitalização que, não sendo um nível ótimo, nem que atinja o máximo de eficiência, já permite trabalhar em teletrabalho e fazer a ligação entre cadeias de valor, fornecedores e clientes, de forma digital. É sempre necessário fazer investimentos, mas a base já existia nas médias e grandes empresas. Principalmente, esta questão está centrada na mudança de processos e na formação de pessoas. É uma grande oportunidade para acelerar determinados processos que as pessoas já admitiam que teriam de alterar, mas cujo objetivo acabavam sempre por adiar. Na banca, por exemplo, vai ser uma grande oportunidade para começar a trabalhar mais em plataformas digitais, sabendo-se que este é um dos primeiros sectores a ter sentido a pressão para reduzir as redes de balcões e agências físicas”, considera.

Ao nível da indústria, a Roland Berger desenvolveu um grande projeto de digitalização de diversas áreas do grupo petrolífero francês Total. Agora deverão surgir muitos novos negócios digitais cuja concretização a curto prazo era relativamente improvável antes de ser declarada a pandemia de Covid-19. O que vai acontecer é o aumento do designado *unbundling* da cadeia de valor, ou seja, a cadeia de valor será separada por atividades para nela poderem participar diferentes intervenientes nessas atividades que passam a desenvolver novas especialidades.

Aquilo que a Roland Berger fez para a Total também já está a realizar para outras indústrias, identificando startups com novas tecnologias que possam otimizar e melhorar o desempenho no processo de negócio destas grandes empresas. Por exemplo, no que toca às petrolíferas são necessárias startups para fazer investigação geológica.

António Bernardo diz que “vão aparecer novas atividades em que se especializam e que as médias e grandes empresas podem integrar através de terceiros, porque são

mais eficientes. Seguramente, a digitalização tem aí um papel fortíssimo. Na digitalização da cadeia de valor, o que vai acontecer não é só a digitalização da empresa, mas a digitalização ao longo de toda a cadeia de valor”.

Neste setor, o Governo já alargou por três meses a duração do Startup Voucher e o prazo de atribuição da bolsa mensal para startups com projetos em fase de ideia já aprovados, no máximo mensal de 692 euros, totalizando 2.075 euros. Estas verbas destinam-se a projetos empresariais em fase de ideia promovidos por jovens entre 18 e 35 anos, segundo o despacho do secretário de Estado para a Transição Digital, André de Aragão Azevedo, que destaca o “interesse para a economia nacional em criar condições que promovam o eficaz desenvolvimento de ideias inovadoras, visando o lançamento de novas *startup*”.

Sobre a digitalização da sociedade, um exemplo atual são as missões empresariais virtuais da Associação Empresarial de Portugal (AEP), que já deram este salto tecnológico, reunindo a partir dos escritórios das empresas em Portugal “com importadores e distribuidores de toda a América Latina, para encontrar potenciais clientes e novos parceiros, melhorar o reconhecimento da marca, reunir informações do sector e expandir negócios”, refere a associação empresarial.

Perante a crise da Covid-19, a AEP pretende “contrariar a estagnação da economia nacional, criando oportunidades de exportação de bens e serviços para as PME portuguesas”, refere, recordando que até à data já organizou mais de 500 ações em mercados externos. Em 2019, contaram-se 34 ações, entre missões empresariais, feiras e missões em 30 mercados, envolvendo mais de 250 empresas. Para 2020, previa-se a passagem por 31 mercados, num total de 37 ações (com 20 feiras, 15 missões e duas missões inversas), que a pandemia obrigou a suspender. ●

“Agora deverão surgir muitos novos negócios digitais cuja concretização a curto prazo era relativamente improvável antes de ser declarada a pandemia de Covid-19”

ANÁLISE

Retoma da economia traz novos desafios ao país

Endividamento e tesouraria das empresas portuguesas encontram-se entre as principais fragilidades apontadas pelos analistas. Apesar da quebra provocada pela pandemia de Covid-19, o setor do turismo pode surpreender.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Portugal prepara-se para entrar na terceira fase do desconfinamento devido à pandemia do novo coronavírus, no final deste mês. Os alertas das autoridades de saúde são para que o nível de cautela e prevenção se mantenha, mas o fim da paralisação das atividades promete trazer algum ânimo à economia, ultrapassado que está o confinamento total no mês de abril.

A maioria das instituições internacionais e nacionais prevê uma severa contração da economia portuguesa este ano, seguindo a tendência mundial, com uma recuperação em 2021. A dimensão do tombo é ainda uma incógnita (ver infografia), mas os analistas consultados pelo Jornal Económico (JE) realçam a incerteza em torno das componentes do PIB que têm dado gás ao crescimento económico nos últimos anos.

“Para já creio que é cedo demais para fazer grandes exercícios de futurologia relativamente ao impacto na economia, porque ainda está muito dependente do que se vier a verificar nas próximas semanas em termos do impacto do abrandamento do confinamento nas variáveis epidemiológicas”, assinala Pedro Brinca, professor de Macroeconomia na Nova School of Business and Economics, em

declarações ao JE. O economista realça que até ao momento a performance da economia portuguesa “está relativamente em linha com o que se tem observado no resto da Europa”, considerando que qualquer “diferença de um ou dois pontos percentuais será de muito reduzido significado pelo facto da incerteza enorme que norteiam estas estatísticas”.

O Banco de Portugal (BdP), que no último Boletim Económico estimava num cenário base uma redução de 3,7% do PIB este ano e de 5,7% num cenário adverso, explica ao JE que a pandemia está a representar dificuldades acrescidas à construção das projeções macroeconómicas. “A situação atual não tem precedente histórico recente e caracteriza-se por um elevado grau de desconhecimento relativamente ao impacto económico da pandemia”, refere.

Por um lado, os canais de transmissão da pandemia combinam efeitos relacionados com as decisões de oferta e procura na economia, diz, vincando que “estes efeitos interagem e reforçam-se mutuamente”. Se pelo lado da oferta “sobressaem a redução do tempo de trabalho por motivo de doença, de assistência à família ou de quarentena, bem como a potencial destruição de capacidade produtiva decorrente do encerramento de empresas ou da quebra de cadeias

de valor a nível global”, do lado da procura há também impactos. “Destaca-se o adiamento de despesas de consumo e investimento, num quadro de incerteza exacerbada e de aumento da aversão ao risco dos agentes económicos”, exemplifica, apontando como exemplo “a elevada volatilidade e o aumento de aversão aos riscos visíveis nos mercados financeiros” que também se podem repercutir em condições de financiamento mais restritivas para as famílias e empresas. “O facto de a pandemia ser sincronizada e generalizada a um grande número de países tenderá a acentuar a queda da atividade económica, por via do colapso nos fluxos de comércio mundiais, com destaque para o turismo”, considera.

O turismo que tem sido um dos motores do crescimento económico em Portugal deverá ser uma das áreas mais afetadas. Ao JE, Pedro Braz Tei-

xeira, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, alerta que a desaceleração deste setor “será um travão à retoma”.

Apesar de reconhecer que os custos fixos de capital se tornam um obstáculo à viabilidade de muitas empresas do ramo hoteleiro se sujeitas a um período alargado em que não operando, Pedro Brinca mostra-se ligeiramente mais otimista.

“Acho que o facto de, até ver, termos sido menos afetados em termos de saúde pela pandemia e por Portugal ter granjeado uma reputação na Europa de estar a lidar com a questão na perspetiva sanitária de forma exemplar, pode levar a que o turismo, especialmente o de maior valor acrescentado e com maior peso dos turistas mais velhos, possa ter uma performance melhor do que em países como Itália e Espanha, que são nossos concorrentes”, diz o professor da Nova SBE. Para o economista, Portugal tem-se preparado neste segmento nos últimos anos, “tendo nós neste momento das melhores infraestruturas, humanas e materiais, no segmento do turismo de alto valor acrescentado”.

Endividamento continua a ser uma fragilidade

Pedro Braz Teixeira considera que “a economia portuguesa tem, à partida, poucos pontos fortes”, apontando entre as principais fra-

gilidades “um tecido empresarial fragilizado, pouco capitalizado, com demasiadas microempresas, onde se concentra quase metade do emprego”.

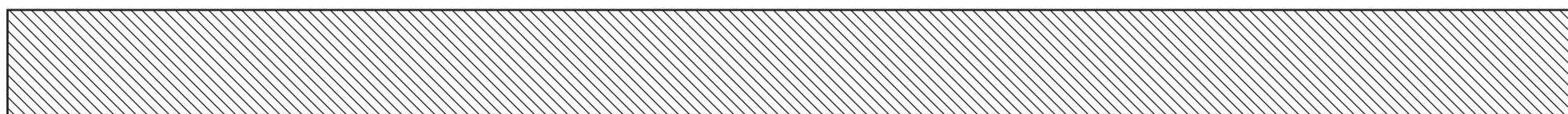
“Em termos de mão-de-obra, continuamos com os mais baixos níveis de formação, ainda que haja bolsas de excelência, capazes de atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE)”, acrescenta.

“A recuperação deverá ocorrer de forma lenta”, diz o Banco de Portugal

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PORTUGUÊS

Variação, em %

-20,0



-10,7

-10,7

-8,0

-6,8

-8,0

-8,0

Neste sentido, defende que “não podemos ficar passivamente à espera que a recuperação aconteça”, apelando a que “o governo seja extremamente pró-ativo”, quer “intervindo em todos os bloqueios ao IDE”, quer “aproveitando a vaga de reindustrialização da Europa que se avizinha”.

“Se Portugal não fizer nada, o mais provável é que o novo investimento industrial na UE aconteça nos países de Leste, que já antes da pandemia o conseguia com grande sucesso”, afirma.

Para Pedro Brinca, “a maior fragilidade é a questão dos elevados índices de endividamento das empresas e do Estado”, que se agrava devido à predominância das PME no tecido empresarial português,

o que torna “as questões de disrupção da tesouraria bem mais prementes, uma vez que empresas mais pequenas estão tipicamente mais expostas a choques de fluxos de caixa”.

“A questão da (limitada) capacidade orçamental do Estado também é importante. Outros Estados com melhor situação orçamental estão com capacidade de dar apoios mais substanciais às suas empresas neste contexto – quando em situações normais seriam impedidos pelas normas europeias. Isto pode levantar problemas complicados de competitividade na retoma”, acrescenta.

O BdP realça que “após um período de significativa paralisação da atividade económica como a

que se observou durante o estado de emergência, o regresso à normalidade requer o restabelecimento de uma teia complexa de interações económicas”.

“A recuperação deverá ocorrer de forma lenta num contexto muito incerto. Os processos de produção e os padrões de consumo continuarão a ser afetados por medidas de segurança sanitária. A incerteza e a insegurança tenderão a traduzir-se num adiamento de decisões de despesa. As perspetivas relativas a quebras de rendimentos das famílias e das empresas também condicionam o perfil de recuperação do consumo e investimento”, diz o regulador, ainda que considere que “no curto prazo, pode haver algum impacto

positivo do fenómeno de *pent-up demand*.”

Necessário adaptar modelos de projeções

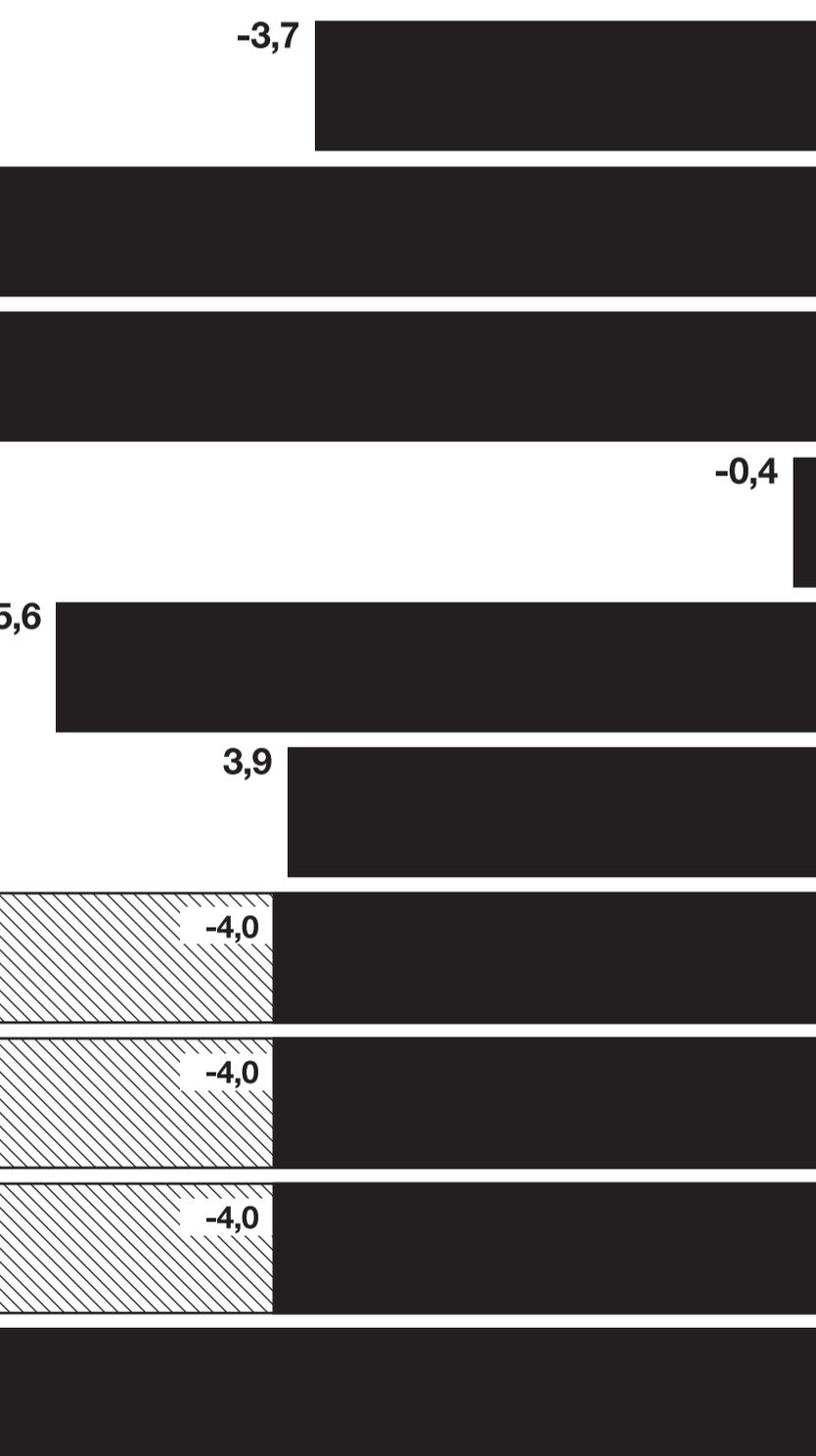
A evolução da pandemia e a alteração de medidas de contenção e mitigação têm levado à alteração dos pressupostos dos exercícios de cálculo sobre o impacto que terá na economia, cujos modelos estão também tradicionalmente associados a estabilidade no comportamento dos agentes, o que não acontece no atual contexto.

“Neste contexto, temos recorrido a novos métodos de previsão da atividade económica, conjugando os instrumentos mais tradicionais do lado da despesa, com uma abor-

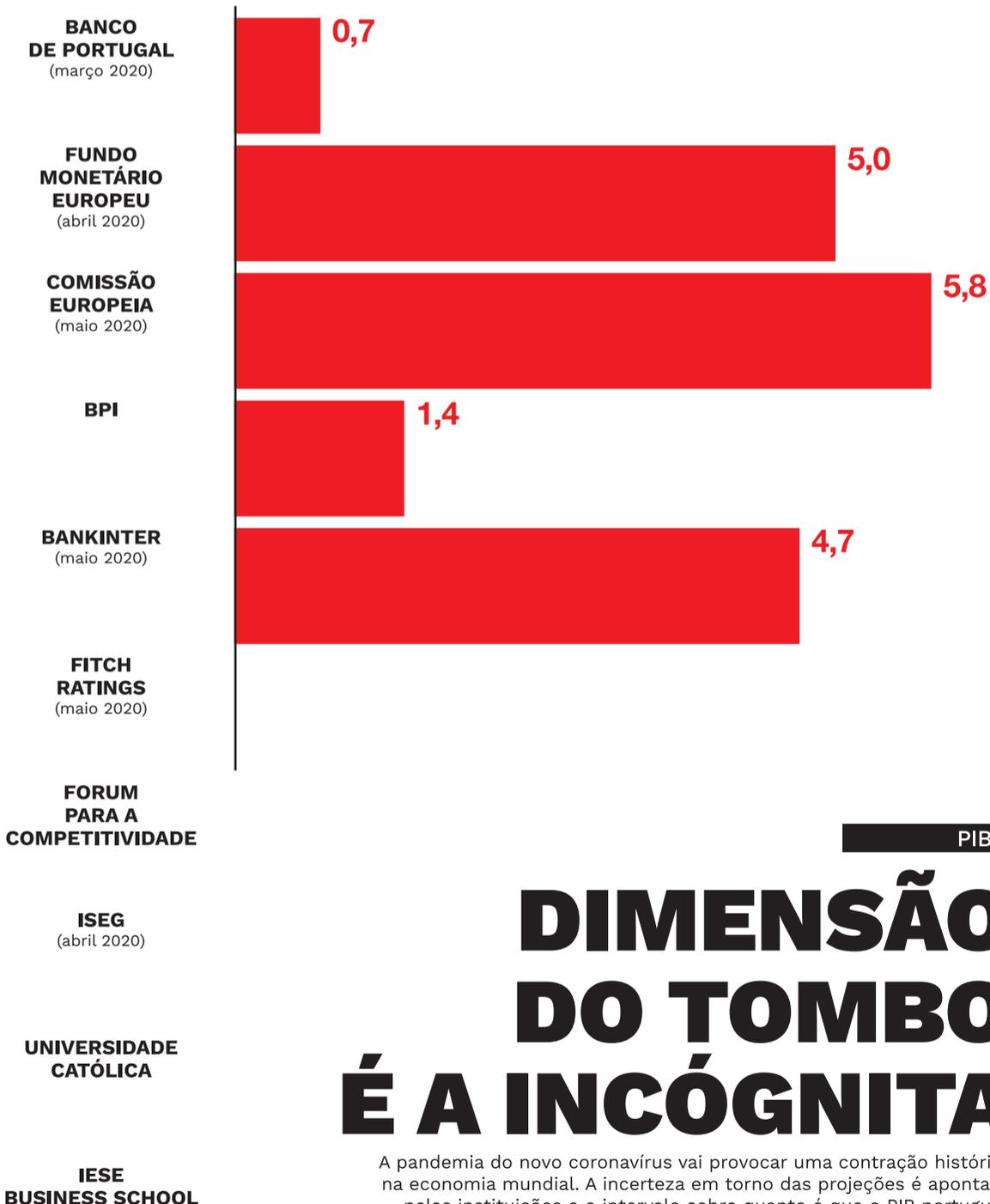
dagem no curto prazo na ótica da produção dos diversos setores de atividade”, explica o BdP.

O regulador diz que utiliza “novas fontes de dados, de maior frequência e disponíveis mais atempadamente, onde merece destaque o inquérito às empresas lançado recentemente pelo Banco de Portugal em parceria com o INE (Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas)”, assinala, indicando que acompanha também as séries diárias relativas a movimentos com cartões nacionais e estrangeiros em ATM/POS, vendas de automóveis, consumo de eletricidade e gás, bem como de diversos indicadores de mobilidade, “para aferir da conjuntura económica em tempo real”. ●

2020



2021



DIMENSÃO DO TOMBO É A INCÓGNITA

A pandemia do novo coronavírus vai provocar uma contração histórica na economia mundial. A incerteza em torno das projeções é apontada pelas instituições e o intervalo sobre quanto é que o PIB português vai encolher este ano é largo. Porém, apesar de o crescimento ficar abaixo dos níveis pré-pandemia, BdP, Comissão Europeia e FMI estimam uma recuperação em 2021.



Reuters

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@jornaleconomico.pt

Um país “entalado entre duas paredes, a dívida e a União Europeia”, palavras do economista João Duque. Em declarações ao Jornal Económico (JE), o também professor universitário frisa que “os apoios a determinadas empresas não podem ser considerados ajudas de Estado, porque o Estado não pode distorcer a concorrência nem os mercados”. Realça ainda que “as ajudas têm de ser estritamente para acudir ao efeito Covid” e lembra que o nível de endividamento existente no país “faz com que Portugal tenha menos margem de manobra”.

João Duque recorda medidas do passado que acabaram por sair caras. “Houve quem distribuisse benesses quando, se calhar, devia ter feito uma amortização mais severa da dívida, e agora, possivelmente, teríamos mais folga. Não pusemos os funcionários públicos a 35 horas e fizemos todas as reversões? Tudo isso teve imenso custo”, refere, traçando um cenário ainda mais negativo para o futuro. “Podemos ter situações bastante graves, como Portugal começar a baixar o seu nível do *rating* da dívida, com impactos que podem ser muito grandes. Portugal pode ficar com um nível de dívida que nunca teve”. Para o economista, há que “responder às emergências dentro das restrições que temos”.

Questionado sobre a forma como a economia de Portugal poderá evoluir, João Duque diz ter a sensação de que “vamos descer menos agora, mas depois subimos menos também”, e que o país até teve sorte com a Covid-19. “Também não quis muito connosco, e aparentemente acabamos por sair bem na fotografia, o que também ajuda em alguma recuperação da imagem de Portugal”.

CIP defende que problema não se resolve com moratórias

Aquém das expectativas ficaram também as medidas de apoio disponibilizadas pelo Governo para 80% dos empresários. Este é o resultado de um inquérito feito pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

Ao JE, Óscar Gaspar, vice-presidente da CIP, diz que “já foram lançadas linhas de apoio na ordem dos 6,2 milhões de euros”, verba que ainda não chegou às empresas”. Por outro lado, frisa que o número de pedidos “foi muito além daquilo que eram os seis mil milhões”, sendo “o valor global de dez milhões de euros”. O responsável afirma não entender que “tendo o Governo já feito uma notificação a Bruxelas para as linhas de crédito poderem ir até 13 mil milhões de

euros, não encontramos nenhum motivo para elas ainda estarem nos seis mil milhões”.

Óscar Gaspar afirma que “até agora as medidas do Governo incidiram em linhas de crédito e moratórias”. Algo que lhe parece insuficiente: “Nos últimos meses uma boa parte das empresas estiveram fechadas e não é com moratórias ou com o aumento do endividamento que se resolve o problema das empresas”.

Sobre as medidas apresentadas pela Comissão Europeia na quarta-feira, salienta que “são robustas em termos de montante, adequadas porque em cerca de 2/3 se trata de subvenções, e justas porque não penalizam assimetricamente os países em função de uma crise (pandémica e económica) que foi simétrica”, até porque “a par das medidas do Governo para apoio à economia e manutenção dos postos de trabalho, era absolutamente essencial que a União Europeia também assumisse as suas responsabilidades”. Sobre a retoma da atividade por parte das empresas, refere que “desde o dia 4 de maio tem havido um regresso progressivo à atividade”, embora existam “preocupações específicas, nomeadamente no setor da restauração e do turismo”.

O responsável da CIP assume que “é necessária uma reativação da economia nacional, europeia e mundial”, sendo que “Portugal, nos últimos anos, fez uma grande inversão, com uma abertura exterior, dado que uma parte da nossa economia depende, e bem, das exportações”. Como tal, “precisamos que os outros países reativem a economia e que venham turistas estrangeiros a Portugal”, realça, mostrando confiança na recuperação do país.

“Havendo os instrumentos certos do lado europeu, é possível no próximo ano recuperarmos uma boa parte daquilo que perdemos em 2020. Acredito que podemos ter uma recuperação em V”, conclui Óscar Gaspar. ●

MECANISMOS DE APOIO ÀS EMPRESAS

Portugal “entalado” entre dívida e UE

João Duque refere que ajudas às empresas têm de ser “estritamente para acudir à Covid”, enquanto a CIP defende que “não é com moratórias ou com o aumento do endividamento que se resolve o problema”.



ÓSCAR GASPAR
Vice-presidente da CIP

JE.leitor



Simple, Rápido, Fácil e em todo lado

Já conhece a plataforma para acesso aos conteúdos *premium* do seu Jornal Económico? Com o JE Leitor, poderá aceder a todas as notícias, entrevistas e reportagens exclusivas que publicamos na edição semanal do Jornal Económico. Experimente já em <http://leitor.jornaleconomico.pt>

@OFFICE

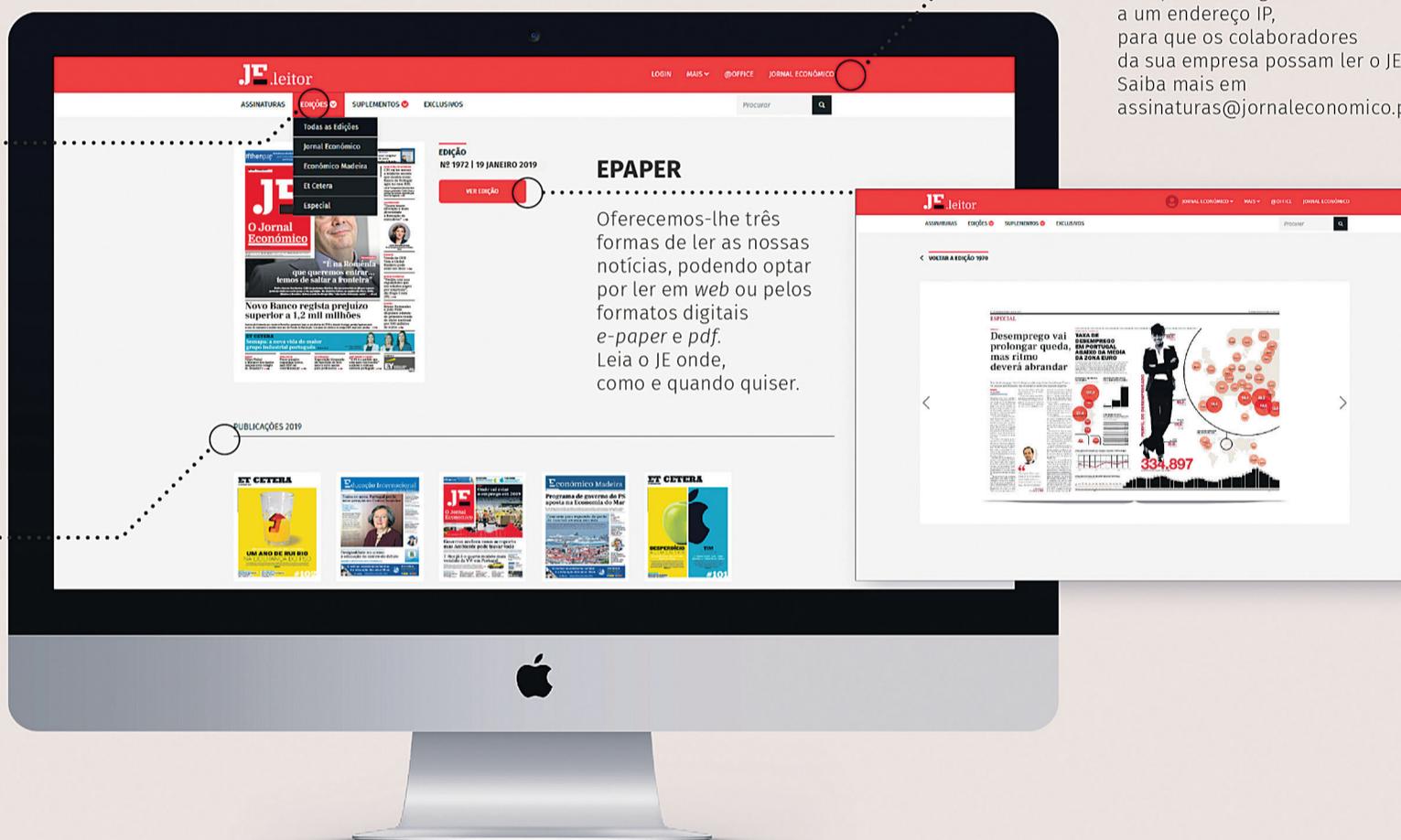
A tecnologia @Office permite aceder ao JE Leitor em todos o dispositivos ligados a um endereço IP, para que os colaboradores da sua empresa possam ler o JE. Saiba mais em assinaturas@jornaleconomico.pt

EDIÇÃO SEMANAL

Todas as sextas-feiras, leia a edição semanal do JE em formato *e-paper* ou em versão *web*. O JE Leitor dispõe da tecnologia mais moderna e inovadora, possibilitando uma leitura fácil e rápida, onde quer que esteja.

+ EDIÇÕES ANTERIORES

O JE Leitor permite o acesso a todas as edições anteriores do Jornal Económico, do caderno Et Cetera, do Económico Madeira e de todos os Especiais. Encontre facilmente a informação que procura.

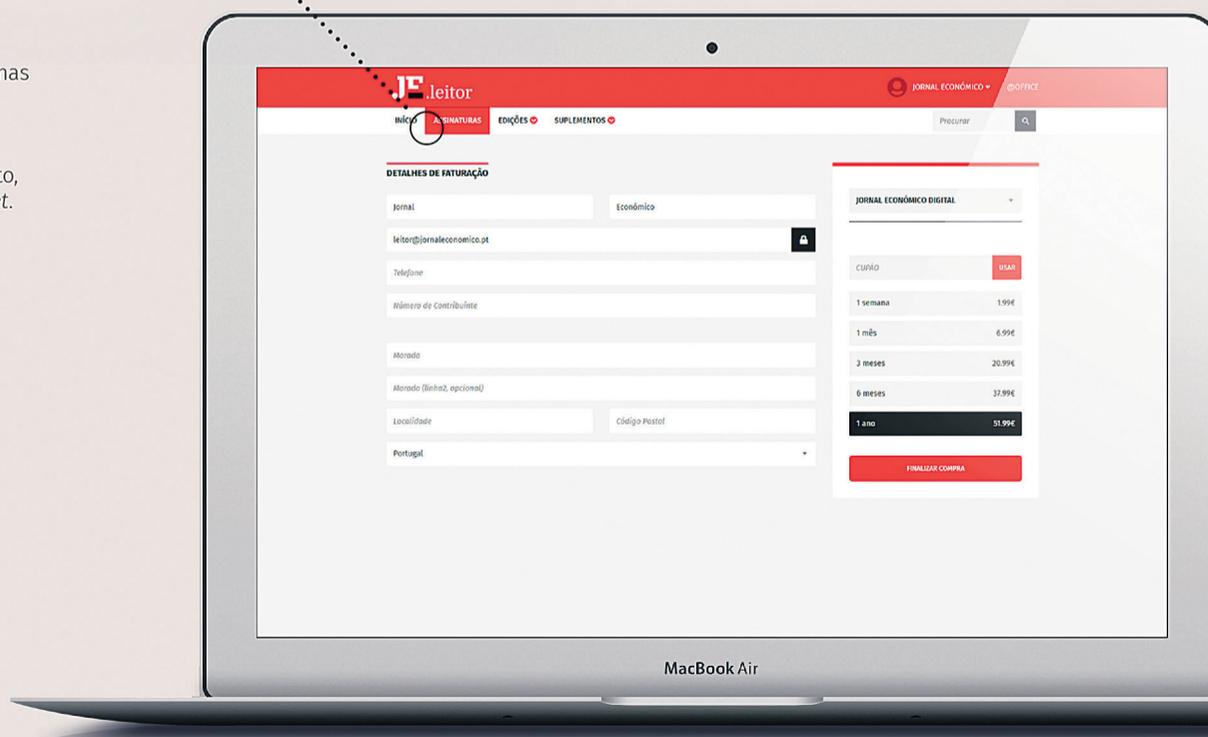


PAGAMENTO + SIMPLES

A nossa plataforma permite subscrever o JE de forma rápida e simples, quer pretenda ler apenas uma edição do jornal ou queira comprar uma assinatura mensal, trimestral, semestral ou anual. Pague através de cartão de crédito, *paypal*, multibanco ou *Meo Wallet*.

DE + FÁCIL LEITURA

No computador, no *tablet* ou no *smartphone*, o JE Leitor permite-lhe ler o seu jornal da forma cómoda. Mais fácil de aceder, mais simples de ler.



ESPECIALISTAS ACREDITAM NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA EM 2021

O ano de 2020 será marcado pela maior recessão de sempre na Europa. Evolução da economia nacional vai depender daquilo que for o crescimento a nível mundial, mas o turismo poderá ter um papel fundamental na captação de investimento estrangeiro.

1 O QUE ESPERA EM TERMOS DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA?

2 AS MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS SÃO SUFICIENTES?



ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da Confederação
Empresarial de Portugal

1. Estamos a enfrentar uma situação sem precedentes, em que fomos confrontados com uma travagem generalizada da atividade económica, com um âmbito global, com efeitos de curto prazo no tecido empresarial português que já sabemos serem significativos, mas dos quais não conhecemos ainda a completa extensão, nem os seus efeitos no futuro próximo. Sabemos que a quebra da atividade económica foi muito rápida e repentina, com a generalidade das organizações a projetarem uma recessão profunda para este ano. Antecipamos que a retoma da atividade económica será gradual, o que tornará ainda mais necessária a concretização e manutenção de instrumentos de suporte aos agentes económicos, com os objetivos de contribuir para que as empresas sejam capazes de sobreviver a este período e retomar a sua atividade, protegendo-se postos de trabalho. As empresas portuguesas têm demonstrado uma grande resiliência nesta situação de exceção provocada pela pandemia de covid-19. Têm trabalhado para garantir a sua sobrevivência, para proteger o emprego e para manter condições que lhes permitam estarem aptas para retomar a atividade. Temos, aliás, muitos exemplos de empresas que se reinventaram para responder às necessidades desta conjuntura. Agora, continua a ser necessário que as ajudas previstas se concretizem no terreno, que os apoios cheguem aos agentes económicos que deles necessitam e que se adaptem, consoante as diferentes fases do processo de retoma, que temos a noção de que se prolongará no tempo. Este apoio será, também, determinante para que as empresas tenham capacidade de aproveitar da melhor os recursos financeiros comunitários de que Portugal disporá para responder à crise.

2. Para os agentes económicos, a resposta do Governo à situação extraordinária provocada pela pandemia de covid-19 tem-se

revelado insuficiente na sua dimensão, pouco ágil na capacidade de adaptação e tardia na sua concretização. As medidas têm sido, de alguma forma, objeto de ajustamento, por insistência dos agentes económicos e à medida em que o Governo foi tomando consciência da realidade, mas perdeu-se tempo e iniciativa para uma resposta de emergência mais consistente à economia.

Persiste, ainda, um grande desfasamento entre as necessidades do tecido económico e os montantes mobilizados para apoio, sobretudo quando comparamos com os programas que estão a ser executados pelos nossos parceiros comerciais, o que cria uma situação de desvantagem objetiva para as empresas portuguesas, com reflexos que, se não forem tidos em conta, limitarão a nossa capacidade de concorrência.

Temos procurado alertar, desde o início desta situação de exceção, para as necessidades dos agentes económicos e para a verdadeira extensão dos efeitos da pandemia de covid-19 no tecido económico. Através do trabalho feito pelas nossas associações junto das empresas, e pela parceria que temos com o Marketing FutureCast Lab do ISCTE, temos recolhido e divulgado informação de forma permanente, para que exista um retrato atualizado da situação. Constatamos, assim, que persistem, ainda, disfunções que prejudicam a eficácia e rapidez com que as medidas estão a chegar ao terreno e a demora, sistemática, no financiamento das empresas, pondo em risco a sua viabilidade e, com isso, a manutenção de postos de trabalho e a capacidade de retoma da atividade.

À medida que o tempo passa, é ainda mais premente que os apoios se concretizem e que o financiamento chegue às empresas, mas também que evoluam para se adaptarem às necessidades dos agentes económicos e ao momento do processo de retoma, permitindo-lhes condições para defenderem a sua capacidade de operação e o emprego.



CONSTANZA MAYA
Head of Operations
Engel & Volkers Espanha,
Portugal e Andorra

1. Depende antes de mais da evolução epidemiológica e das medidas de política económica adotadas por cada país para acelerar o processo de recuperação. Os efeitos da pandemia são muito fortes na oferta de trabalho, no consumo, nas exportações de bens e na procura interna. O turismo é também um setor crucial tendo efeitos nos transportes e serviços cujo efeito positivo ou negativo é proporcional para o PIB e Portugal tem no turismo um grande peso da sua economia.

Todos os setores de atividade da economia são afetados em diferentes níveis e uns com maior duração que outros. O desempenho de Portugal neste grave problema de saúde pública confere confiança para o investimento. Portugal tem condições para manter os níveis de procura e investimento estrangeiro dando continuidade aos programas que estavam em curso. No mercado imobiliário, existirá uma queda nos preços, dentro do que já estava previsto, mas que se antecipa no tempo e apenas em algumas zonas do país, uma vez que o investimento imobiliário sempre será um bom ativo. Portugal usufrui ainda de uma excelente localização geográfica, clima, infraestruturas e custo de vida que vai continuar a atrair e contribuir para a recuperação da economia. Espera-se um mercado dinamizado pela procura de espaços amplos e reestruturados por muitas pessoas que passaram a definir outras prioridades para a sua habitação.

2. As medidas propostas pelo Governo para minimizar os impactos da Covid-19 na economia são adequadas e estão em linha com as práticas europeias, mas é importante manter medidas de apoio por mais tempo do que aquilo que está previsto no momento, mesmo com algumas alterações de modo a apoiar a recuperação das empresas uma vez que combateram a falta de liquidez imediata, mas não o passo

seguinte. A adoção das políticas epidemiológicas e económicas conduzem a recuperação e a sua velocidade.

A negociação do corredor bilateral para o turismo que permita assegurar as deslocações entre Portugal e o Reino Unido, que deverá claramente contemplar todas as medidas de segurança e saúde pública, são um exemplo de uma medida de apoio a vários setores.



DUARTE SCHMIDT LINO
Sócio co-coordenador
de Corporate M&A da PLMJ

1. Olhando primeiro para as circunstâncias específicas de Portugal, o desafio é grande mas temos algumas condições que poderão funcionar a nosso favor, sobretudo em termos de horizonte temporal. A travagem económica global colocou em dificuldades os principais motores da nossa economia: o turismo terá um contexto muito difícil nos próximos meses, as exportações enfrentarão dificuldades como consequência directa da recessão nos países destino, mas também não podemos excluir uma onda protecionista e sabemos que as limitações logísticas estão para durar, a que acresce uma procura interna com um poder de compra muito limitado. Tudo isto assenta num quadro de capitalização das empresas nacionais que é extremamente complexo e limitado: temos a banca sob forte pressão, um mercado de capitais pouco atrativo para os investidores e, por isso, desinteressante para as empresas e estamos fortemente dependentes do investimento estrangeiro. Será fundamental conseguirmos inovar em termos de instrumentos e produtos de capitalização para sairmos desta crise e robustecer as nossas empresas. A nosso favor, quando pensamos no turismo e na captação de investimento estrangeiro, temos a perceção global de que, felizmente, Portugal tem sido capaz de conter a pandemia e de assegurar uma resposta adequada do nosso

sistema de Saúde. Mas nada disto será suficiente sem uma resposta musculada da Europa e, sobre essa matéria, parece que estamos mais perto de uma posição comum. Logo no início desta crise, ficou claro que as instituições europeias e internacionais tinham aprendido lições importantes com a crise anterior. Concretamente, houve celeridade nas respostas, em particular por parte da Comissão, com a suspensão quase imediata do Pacto de Estabilidade e Crescimento e com a resposta do Banco Central Europeu. Agora, parece perto o lançamento de um pacote muito relevante. Mas não tenhamos dúvidas: quando falamos apenas deste tipo de resposta, é de endividamento que estamos a falar e esta solução não é sustentável a longo prazo. Há uma fatura associada que é para ser paga e isso vai sobrecarregar as empresas e o Estado, ainda que nos permita ganhar tempo.

2. É uma corrida a dois tempos. Numa primeira fase, não havia outro caminho que não o de disponibilizar muito rapidamente linhas de crédito e instrumentos de redução imediata de custos que permitam às empresas respirar, num contexto de travagem a fundo da atividade económica. Nesta dimensão, o país foi onde pode e terá de continuar a bombear liquidez no sistema. Penso que nessa medida o governo está a conseguir evitar esse constrangimento mas temos ainda muito que fazer.

Mas esta dívida destinou-se a financiar a tesouraria das empresas numa altura de forte disrupção de receitas. Não foi dívida investida num qualquer reforço de capacidade ou eficácia produtiva, por isso, as empresas ficaram mais endividadas e provavelmente com menos capacidade de a reembolsar. Por essa razão, numa segunda fase, que tem começado já a ser preparada, é fundamental implementar medidas que ajudem a lidar com esta fatura a pagar mais à frente. De outra forma, o sector corporativo vai colapsar sob o peso da dívida. Vamos precisar de muito investimento para recuperar os postos de trabalho que já se estão a perder e vão continuar a ser perdidos com esta crise. Por tudo isto, é preciso ser imaginativo, não replicar simplesmente os quadros das soluções das crises anteriores em matéria da capitalização das empresas e criar as condições para que Portugal mantenha o caminho que estava a fazer de destino atraente de investimento estrangeiro. Por exemplo, assumir o país como um exemplo de sustentabilidade em que as empresas portuguesas conseguem nesse âmbito ter um fator diferenciador face às demais. Sendo concreto, é preciso pensar seriamente em converter uma parte substantiva do investimento realizado sob a forma de dívida (com um plano de reembolso e remuneração certo e rígido, independente da performance da empresa devedora) em instrumentos híbridos, que contenha elementos próprios do equity (ou capitais próprios) e que torne a remuneração e reembolso do investimento ajustado à

evolução da empresa. Só assim conseguiremos robustecer o nosso sector empresarial e prepara-lo para o futuro. Com muita franqueza, também só assim as entidades que financiaram essas empresas poderão ter perspectivas de reaver os seus empréstimos, pelo que esta abordagem se impõe por critérios estritamente financeiros, sem necessitar de apelar a lógicas de política pública.



JOSÉ LUÍS VEGA
Diretor da Banca de Empresas e membro da Comissão Executiva do Bankinter em Portugal

1. De acordo com as estimativas da área de Research do Bankinter, com base no desenvolvimento do surto de COVID-19 e na maior visibilidade sobre a reabertura faseada da economia, o PIB deverá cair -5,6% em 2020, para depois recuperar +4,7% em 2021. Esta queda deve-se essencialmente a dois fatores: (i) perspectiva de paralisação da atividade turística durante mais tempo do que o previsto inicialmente, sendo que este setor representa cerca de 12% do PIB; e (ii) contração económica mais severa no período crítico de final de março/abril, tendo em conta os indicadores avançados já conhecidos, com uma queda do PIB na ordem dos 15% no 2.º trimestre e uma recuperação forte do crescimento a partir do 2.º semestre de 2020. A Taxa de Desemprego deverá aumentar para 10,5% no fecho de 2020 e diminuir para 9,5% em 2021. Refira-se, pela positiva, o facto de Portugal partir para esta crise com um excedente orçamental e com um nível de juros suportável, sobretudo se compararmos com a última crise financeira, o que se deve essencialmente ao suporte do novo programa de compras do BCE, que no limite poderá abranger a totalidade das necessidades de financiamento do país este ano para responder aos efeitos da pandemia da Covid-19.

2. As medidas de apoio às empresas portuguesas parecem relativamente exíguas quando comparadas com as que estão a ser seguidas por outros países da Zona Euro. O pacote que consta do Programa de Estabilidade ascende a 25,1 mil milhões, o que representa cerca de 12% do PIB português em 2019, contudo importa perceber que o grosso destas medidas assenta em garantias estatais e não em subvenções diretas. Nesse sentido, será determinante que o Fundo de Recuperação que está a ser debatido em Bruxelas venha a ser aprovado, uma vez que poderá

trazer para Portugal mais de 15 mil milhões a fundo perdido, o que representaria cerca de 8% do PIB nacional. Do lado do Bankinter tudo temos feito para fazer chegar o financiamento às empresas com a maior velocidade possível. A título de exemplo, no mês de abril fomos a terceira entidade financeira que mais contratou em linhas protocoladas, nomeadamente as linhas COVID, o que é um forte sinal do nosso compromisso com a economia portuguesa.



JOSÉ MARIA FERREIRA
Fundador e Administrador do Grupo Ecosteel

1. Este ano, a Europa enfrenta a maior recessão de sempre, mas acreditamos que ao mesmo tempo, a recuperação que esperamos para 2021, embora gradual, será muito mais rápida que uma recuperação cíclica

típica e bem mais forte que a recuperação da anterior crise financeira global. Vamos continuar a expandir o nosso mercado e a investir no reforço de quadros e no desenvolvimento tecnológico, melhorando sempre a nossa oferta deixando os nossos clientes e parceiros satisfeitos.

2. Apesar dos tempos difíceis que correm, a Ecosteel apresenta um crescimento que nos permite continuar a recrutar, o que faz com que a empresa não seja elegível para os apoios apresentados. Mesmo assim, o nosso conhecimento do panorama empresarial actual em Portugal permite-nos saber que os apoios não são suficientes e são mal alocados, existindo um elevado risco de encerramento de empresas dos mais variados setores.

PUB



Consultores para Gestores

Com mais de 40 anos de experiência e um historial de sucesso através de > 1.500 empresas, acreditamos na prestação de valor personalizado.

<div style="text-align: center;">  <p>IT Business Consulting</p> <p>A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE NEGÓCIO.</p> <p>A automação aplicada a uma operação eficiente aumenta a eficiência.</p> <p><i>Inovação fiável.</i></p> </div>	<div style="text-align: center;">  <p>Hr Consulting</p> <p>DE PESSOAS PARA PESSOAS.</p> <p>Construímos metodologias para uma gestão integrada em que os gestores se possam focar no essencial:</p> <p><i>O seu negócio.</i></p> </div>
<div style="text-align: center;">  <p>Tax Consulting</p> <p>EFICIÊNCIA E PERSONALIZAÇÃO.</p> <p>Consultores que definem e criam o melhor enquadramento fiscal para qualquer empresa.</p> <p><i>Otimizamos negócios.</i></p> </div>	<div style="text-align: center;">  <p>Management Consulting</p> <p>ESPECIALISTAS QUE GERAM SUCESSO.</p> <p>Guiamos empresas, ajudando-as a entender o detalhe e a descobrir todo o seu potencial.</p> <p><i>O sucesso das empresas depende da sua organização.</i></p> </div>

nucase.pt/consulting

Carcavelos • Estoril • Parede • Sintra • Lisboa

Tel. 21 458 5700 • geral@nucase.pt

ESPECIAL COMBATE À PANDEMIA



FRANQUELIM ALVES
Managing Partner da Newfinance
e Adviser da Recactiv

1. A evolução da economia portuguesa está muito dependente do que vier a ser a evolução da economia mundial e, em particular, do comportamento da economia europeia. Parece evidente que o 2.º e o 3.º trimestres de 2020 serão totalmente perdidos e é de prever uma queda abrupta das economias, com Portugal a sofrer um impacto maior no setor do turismo e da hotelaria e restauração. Se os governos e as autoridades forem sábios na gestão das expectativas e na adopção das medidas de proteção sanitária que se vierem a revelar necessárias no futuro, i.e., se não se enveredar pelo catastrofismo e a promoção do pânico generalizado conducente ao encerramento total da atividade económica como acontece nesta vaga pandémica, estou confiante de que as economias tenderão a registar sinais importantes de recuperação já no 4.º trimestre de 2020 e registarão um "rebound" muito forte em 2021. A "ponte" financeira que os Estados estão a garantir nesta fase é o oxigénio indispensável para que a estruturas produtivas se mantenham o máximo possível intactas e que possam aproveitar essa retoma, que julgo podermos antecipar. Naturalmente que o choque sistémico que a crise pandémica provocou vai impor em muitas áreas a necessidade de maior racionalidade económica e ganhos de eficiência acrescidos. Da mesma forma, a carga financeira e fiscal em que o Estado está a incorrer terá que vir a ser paga e, infelizmente, em Portugal já não havia muita folga para mais ajustes de austeridade uma vez que os níveis da carga fiscal não deixaram de aumentar e a estrutura da despesa do Estado não parou de engordar nos últimos anos. Esta circunstância poderá ser um fator de atrofamento da esperada recuperação. Daí que, mais do que nunca, o Estado tenha de adotar medidas de contenção e racionalidade da despesa sob pena de, a tal não acontecer, uma parte importante da riqueza gerada vir a desaguar na alimentação de despesa pública, não reprodutiva de riqueza.

2. Julgo que a questão mais relevante nesta altura, depois de todas as medidas que têm vindo a ser anunciadas, é que o Estado assegure a sua rápida execução e implementação e elimine todos os atrasos que têm sido noticiados em tudo o que respeita ao pagamento de valores associados, entre outros, aos "lay-off", aos apoios de tesouraria, etc.

As empresas precisarão nesta altura de apoios de capital em larga escala.

Primeiramente capital de curto prazo para assegurar o hiato de paralisa decorrente do encerramento geral pandémico. Depois capital permanente de longo prazo para que as empresas possam ter músculo para se prepararem para a fase da recuperação económica. Os mecanismos de apoio via linhas de crédito de médio e longo prazo cobertas por garantias públicas (garantia mutua) já estão bastante oleados até de experiência anterior das crises de 2008 e 2011/2012. Os organismos públicos e a banca têm funcionado de forma expedita ainda que nem todos ao mesmo ritmo, mas isso já é habitual.

Já um muito maior desafio é o da capitalização das empresas na vertente capitais próprios. Julgo ser indispensável que se encontrem soluções rápidas para reforçar e entrar no capital das empresas, quer em formato acionista puro e duro, quer em soluções de quasi capital (obrigações convertíveis, ações preferenciais, etc.). A criação um Fundo de Fundos público que promova a rápida constituição de Fundos de Desenvolvimento Industrial que invistam nas empresas é indispensável. Esses fundos deverão preferencialmente ter um componente pública e outra privada e poderão ter mecanismos de remuneração assimétrica, privilegiando a componente privada como forma de atrair capitais, nomeadamente, internacionais. Esta é uma boa altura para também apostar na consolidação do tecido empresarial português instigando processos de fusão e associação. Importa que, do ponto de vista fiscal, o Estado promova incentivos a tais operações assegurando no mínimo a neutralidade fiscal de operações de fusão e associação e considerando eventuais majorações de apoios financeiros para operações deste tipo. Portugal precisa de empresas fortes e bem dimensionadas. Sem esse músculo as PME não terão nem fôlego nem capacidade para subsistir. A existência de uma primeira linha de empresas médias e grandes bem dimensionadas, com músculo financeiro e dotadas de boa gestão, é indispensável para responder aos desafios desta crise, que irá perdurar nos seus efeitos para além da dimensão financeira. Basta recordar os realinhamentos geoestratégicos que aí virão. Finalmente a União Europeia terá de ser mais exível nos critérios de elegibilidade dos apoios financeiros. A discriminação negativa da Grande Lisboa e do Grande Porto e das médias e grandes empresas tem que ser fortemente mitigada e, mesmo em alguns casos, eliminada. O nosso país, no atual momento de crise, não tem dimensão económica ou geográfica que justifique tal tipo de discriminações, ainda para mais quando vemos que todos as grandes economias europeias irão ter apoios muito significativos dos seus Estados.



JOÃO VARGAS
Secretário-geral
da ANEBE

1. O que todos esperamos é que, depois da queda acentuada da atividade económica nos meses do confinamento, não haja nenhuma segunda vaga pandémica e que a economia comece a recuperar, gradativamente, à medida que avança o Plano de "Desconfinamento". É crucial, neste momento, estimular a procura, em coordenação com o apoio à produção. Daí ser fundamental para a evolução e dinamização económica apoiar os setores mais debilitados e que foram alavanca da nossa economia na última década, como o turismo, a hotelaria e atividades conexas, as atividades culturais e o entretenimento, o transporte aéreo, entre outras. Penso que não deveremos ter uma recuperação da atividade económica tão rápida quanto foi a queda e que a evolução da economia vai estar proporcionalmente ligada com o grau de confiança (diretamente relacionada com a segurança sanitária) dos consumidores, não só em Portugal, mas a nível mundial. Considero, também, que será crítico que se evitem respostas austeritárias cegas, como sucedeu em 2011. Confio que o Governo está perfeitamente ciente dos custos sociais de adotar essa linha de atuação.

2. O "lay-off" simplificado está a ser uma medida muito eficaz de curto prazo, evitando que muitas empresas fechem portas e se possam preparar, o melhor possível, para a retoma. Conhecendo o tecido empresarial português, é unânime que existe hoje uma grande incerteza sobre como será depois desta fase. Por isso, a prioridade das prioridades é fazer chegar às empresas as ajudas delineadas. E que a próxima vaga de financiamento, especialmente a promovida pela Comissão Europeia e anunciada esta semana seja canalizada eficazmente para os setores chave da economia. Para podermos equacionar uma verdadeira retoma económica, é urgente rever a medidas de adiamento do pagamento de impostos no período crítico, assim como motivar a economia através da descida dos impostos. Sou favorável a que o Estado privilegie o apoio às empresas e a proteção do emprego, e a redução de impostos acompanhada de linhas de crédito. O exemplo do setor que a ANEBE representa é claro: as nossas destilarias e empresas precisam de liquidez para aguentar, continuarem os negócios e estarem preparadas

para a reabertura (que esperemos rápida) de todo o canal HORECA. É muito mais eficaz aliviar os impostos de consumo sobre as bebidas alcoólicas, que representam nas bebidas espirituosas uma carga extraordinária. Para a nossa cadeia de valor poderá ser mais eficaz uma descida do IVA para a taxa mínima dos alimentos e bebidas. Cria rendimento e reativa toda a cadeia de valor, desde o agricultor, ao produtor de bebidas, passando pelo distribuidor e pelos proprietários dos bares e restaurantes.

crédito à economia nacional na presente conjuntura, em cerca de oito mil milhões de euros. Pensamos que as medidas de apoio irão continuar, não só no prolongamento das moratórias, como na ampliação ou renovação das linhas de financiamento. Do lado do Santander, a prioridade passará sempre por servir da melhor forma os seus clientes, sobretudo em momentos de emergência como este, com total disponibilidade para continuar a apoiar a economia, e contribuir para uma rápida recuperação da atividade económica.



RUI CONSTANTINO
Economista-chefe
do Santander Portugal

1. Em Portugal, a atividade económica já refletiu as primeiras ondas de choque da pandemia no 1.º trimestre. No entanto, será no 2.º trimestre onde o efeito do 'lockdown' da economia irá atingir o pico e haverá uma maior contração do PIB. O investimento e o consumo privado deverão ser as componentes mais afetadas pelas medidas de confinamento. A evolução dependerá muito do grau de abertura progressiva da economia e da procura que exista nos diferentes setores de atividade, bem como da evolução epidemiológica, mas perspetiva-se, em qualquer caso, uma recuperação progressiva da atividade. O setor bancário será um dos mais afetados pela pandemia mas, no caso do Santander, somos um banco muito sólido, com fortes rácios de capital e liquidez e com um modelo de negócio forte, que nos deixa bem preparados para o futuro. Isto permite-nos continuar a apoiar a economia, numa altura em que, mais do que nunca, as famílias e as empresas precisam.

2. Temos feito tudo ao nosso alcance, em termos de medidas, para minimizar os impactos do Covid-19. Lançámos as moratórias em tempo recorde e disponibilizámos no imediato linhas de crédito às empresas, para garantir a sua liquidez e tesouraria. Isto depois de termos contactado as 140.000 empresas nossas clientes, para perceber as suas necessidades reais. Implementámos outras importantes medidas, como a eliminação da mensalidade dos POS para pequenas e médias empresas ou o pagamento a pronto aos nossos fornecedores. Decidimos ainda não pagar dividendos este ano, apesar de cumprirmos folgadoamente os rácios de capital exigidos pelo BCE, o que nos permitirá reforçar ainda mais a capacidade de disponibilizar